

TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2019

TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2019 que entre si fazem, de um lado, o SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS, e de outro lado, o SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA

As cláusulas **TERCEIRA-REAJUSTE SALARIAL, QUARTA-PISO SALARIAL, SEXTA-ABONO, DÉCIMA- HORAS EXTRAS, DÉCIMA SEGUNDA-PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, DÉCIMA QUARTA- REEMBOLSO FUNERAL, DÉCIMA QUINTA-REEMBOLSO CRECHE, DÉCIMA SEXTA- SEGURO DE VIAGEM, TRIGÉSIMA QUARTA- DOAÇÃO PARA CUSTEIO/FINANÇAS DO SINDICATO PROFISSIONAL, QUADRAGÉSIMA TERCEIRA- MULTA da Convenção de Trabalho** firmada em 13 DE JUNHO 2017, passam a vigorar a partir de 01 de abril de 2018 até 31 de março de 2019, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

Os salários vigentes em 01/04/2017 serão reajustados em 3,00% (três por cento), a partir de 01/04/2018.

§ 1º- Não serão compensados os aumentos salariais concedidos após 01/04/2017, que sejam decorrentes de promoções, transferências e equiparação salarial, além daqueles decorrentes de aplicação de planos de cargos e salários;

§ 2º- Para os empregados admitidos após 01/04/2017 será garantido o percentual proporcional ao mês de sua admissão.

§ 3º- As diferenças salariais decorrentes do reajuste fixado no caput desta cláusula e dos pisos fixados na cláusula quarta, serão pagas em até duas vezes juntamente com os salários dos meses de julho e agosto de 2018, sem qualquer ônus para as empresas.

CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

Exclusivamente para as funções regulamentadas, assim consideradas aquelas com expressa previsão em lei, são garantidos os seguintes pisos salariais ou salários de ingresso, para jornada diária de 05 (cinco) horas, conforme art. 303 da CLT:

§ 1º- Empresas de Rádio: R\$2.135,69, a partir de 01/04/2018.

§ 2º- Empresas de TV e Produtoras: R\$2.311,57, a partir de 01/04/2018.

§ 3º - Para as hipóteses de acúmulo de função ou de duplo contrato os pisos acima ficam restritos a uma das funções ou a um dos contratos.



CLÁUSULA SEXTA – ABONO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

Exclusivamente as entidades de natureza altruística ou sem fins lucrativos e as empresas especificadas ao final desta cláusula, representadas pelo Sindicato Patronal conveniente na base territorial mencionada na cláusula segunda, pagarão um abono, que não se incorpora aos salários, no valor de R\$ 2.060,00, em até 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela, no valor de R\$ 1.030,00, paga impreterivelmente no mês de julho de 2018 e a segunda parcela, no valor de R\$ 1.030,00 paga impreterivelmente no mês de agosto de 2018, para os empregados Jornalistas regulamentados das empresas de Rádio, TV e produtora, ativos em 01/04/2018.

§ 1º – Aos empregados não regulamentados será pago um abono, que também não se incorpora aos salários, no valor de seu salário nominal, limitado a R\$ 2.060,00, pagos nas mesmas condições acima, quando empregado em empresas de Rádio, TV e Produtora.

§ 2º – Para as empresas que efetuam o pagamento dos respectivos salários até o dia 30 do mês trabalhado, deverão efetuar o pagamento das 2 (duas) parcelas de abono, até o dia 31 de julho e 30 de agosto e, as demais empresas poderão efetuar os respectivos pagamentos até o 5º dia útil dos meses subsequentes as datas aqui previstas, podendo, ainda, esses pagamentos serem prorrogados para o mês subsequente, exclusivamente, no caso das emissoras estatais, sem multas ou penalidades.

§ 3º – As partes convencionam que o abono será pago proporcionalmente ao tempo de serviço para os empregados jornalistas admitidos e demitidos no período de 01/04/2017 a 31/03/2018, considerando, ainda, para efeito de pagamento fração igual ou superior a 15 dias.

Entidades sem fins lucrativos e empresas abrangidas por essa cláusula:

- Rádio Aleluia (Sistema Hoje de Rádio)
- Rádio Alvorada Ltda. (Sociedade de Rádio Alvorada Ltda.)
- Rádio Altaneira . (Rádio Altaneira Ltda)
- Rádio Antena I (Antena Um Radiodifusão Ltda)
- Rádio Atalaia (Rádio Atalaia de Belo Horizonte Ltda.)
- Rádio Capital AM (Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda)
- Rádio CDL FM 102,9 (Scala Sonorização e Produções Ltda)
- Rádio Grande BH (Rádio Grande Belo Horizonte Ltda)
- Rádio Guarani FM (S/A Rádio Guarani)
- Rádio Itatiaia AM/FM (Rádio Itatiaia Ltda)
- Rádio Jovem Pan FM (Rádio Arco Íris Ltda)
- Rádio Líder FM (Rádio Terra Ltda)
- Rádio Metropolitana de Vespasiano Ltda. FM (Nossa Rádio)
- Rádio 98 FM (Fundação L'Hermitage)
- Rádio Oi FM (Rádio Bel Ltda)
- TV Alterosa (Sociedade de Rádio e Televisão Alterosa)
- TV MTV (Central TVA Ltda)
- Rádio América- Fundação Cultural João Paulo II
- Rádio Inconfidência (Rádio Inconfidência Ltda)
- Rádio 107 FM (Fundação Rádio Educativa Quadrangular)
- Rádio Cultura - Fundação Cultural João Paulo II
- TV Horizonte- Sociedade Mineira de Cultura
- TV Rede Minas (ADTV) (Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão)



·TV Balcão

§ 4º– As demais empresas não relacionadas acima ou na cláusula décima segunda, pagarão, também, aos empregados abrangidos por essa Convenção o abono previsto nesta cláusula e seus parágrafos.

CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

O trabalho extraordinário será remunerado com um adicional de 100% (cem por cento) incidente sobre as duas primeiras horas extras e de 75% (setenta e cinco por cento), a partir da terceira hora trabalhada.

§ 1º – Fica estipulada a prestação de trabalho em regime de compensação de jornada, autorizando-se que o excesso das horas trabalhadas em um dia seja compensado com a correspondente diminuição em outro dia, desde que não sejam excedidos os limites semanais, legais ou normativamente assegurados a cada categoria profissional, não sendo devido o pagamento de qualquer adicional de horas extras nesses períodos, respeitada a folga semanal.

§ 2º – A compensação da jornada excedente, excetuando-se o previsto no § 3º, deve ser feita dentro do prazo de 30 dias - contados a partir do décimo - quinto dia do mês imediatamente subsequente ao mês da ocorrência da hora extra, sob pena de pagamento das horas extras com adicional previsto no "caput", pagamento este que se dará na folha de pagamento do segundo mês após o mês da prestação da hora extra.

§ 3º – No caso de horas trabalhadas excedentes à sétima diária, a compensação poderá ser feita em até 180 dias após sua realização. Esse parágrafo aplica-se exclusivamente às horas extras trabalhadas a partir da assinatura da presente convenção coletiva de trabalho.

§ 4º– A hora extra que não for paga nem compensada, dentro dos prazos estabelecidos nesta Convenção Coletiva, acarretará em multa para a empresa no valor de 100% do valor da hora extra.

§ 5º–Acordam as partes que não serão debitadas sobre o total das horas suplementares a serem levadas a compensação, na forma do parágrafo primeiro, as horas não trabalhadas, parcial ou totalmente, pelo empregado e que fazem parte integrante da jornada contratual, única e exclusivamente, por questões de liberação das empresas.

§ 6º–As empresas contabilizarão as horas a compensar através da emissão de relatórios mensais, que serão fornecidos ao empregado até o décimo - quinto dia do mês subsequente ao da ocorrência da hora extra - sob pena de impossibilidade de se proceder à compensação.

§ 7º– A compensação de horas extras será preferencialmente praticada junto às folgas semanais. Da mesma forma, a Empresa avisará ao seu empregado, com antecedência de 48 horas, do(s) dia(s) da compensação.

§ 8º– Através de acordo escrito, caso seja conveniente para empregado e empregador, a compensação de horas extras poderá ser feita juntamente aos feriados. Do mesmo, poderá haver a compensação no período de férias do empregado até o limite de 10 dias e

puello

também, no caso da licença maternidade, para as jornalistas, a compensação poderá ser de até de 30 dias.

§ 9º– Os dias destinados a feriados, eventualmente trabalhados, deverão ser pagos, na forma da lei, caso não sejam compensados conforme o parágrafo segundo, desde que as empresas avisem aos empregados com antecedência prévia de 15 (quinze) dias, exceto aqueles denominados feriados-ponte, tais como: Natal/Ano Novo e Carnaval/Semana Santa, que receberão tratamento especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

Exclusivamente para aquelas empresas especificadas ao final desta cláusula e, em cumprimento ao disposto na Lei nº. 10.101/2000, objetivando o incremento da produtividade e da qualidade dos serviços e,

Pretendendo melhorar os resultados globais em termos de eficiência, produtividade e eficácia, com a consequente elevação da satisfação dos clientes internos e externos e compartilhar os resultados positivos das empresas representadas pelo SINDICATO PATRONAL com os representados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS e;

Propiciando, também, o engajamento dos representados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS nos objetivos e metas globais das empresas representadas pelo SINDICATO PATRONAL,

Convencionam as partes adotar programa de participação nos resultados, garantindo-se aos empregados jornalistas ativos em 01/04/2018 o recebimento, no valor de R\$ 2.060,00(dois mil e sessenta reais), em 1 (uma) parcela, com pagamento até julho de 2018. Sendo que as empresas que efetuam pagamento até o dia 30 (trinta) do mês, efetuarão o pagamento até o dia 31 de julho de 2018, já as empresas que efetuam o pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, deverão efetuar o pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês de agosto de 2018.

Ainda de acordo com o disposto na Lei nº. 10.101/2000, as empresas que possuem programas internos, pagarão o valor estabelecido nesta cláusula na mesma data do pagamento dos seus programas de participação dos resultados, respeitada o interregno legal entre os pagamentos.

§ 1º– A participação nos resultados será paga proporcionalmente aos empregados admitidos / demitidos no período de 01/04/2017 a 31/03/2018, à razão de 1/12 (um dozeavos) por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados, ou ausências previstas em lei.

§ 2º– Os valores referentes à participação nos resultados operacionais acima especificados serão calculados com base na assiduidade do empregado, conforme as considerações e condições abaixo:

Considerações:

Considerando que os critérios definidos pelos incisos I e II do § 1º. do artigo 2º. da Lei nº. 10.101/2000 são meramente exemplificativos;



Considerando que a assiduidade é importante para o resultado das empresas representadas pelo SINDICATO PATRONAL, item que já vem sendo debatido com o sindicato dos empregados, consubstanciando-se em critério legal para aferir o resultado, nos termos do derradeiro do § 1º do artigo 2º da Lei nº. 10.101/2000;

As partes convenientes estabelecem a seguinte condição para o pagamento da parcela prevista nesta cláusula;

Condição

I - Assiduidade do empregado: Para fazer jus ao pagamento previsto no caput o empregado deverá exercer sua atividade com regularidade, não podendo, portanto, se ausentar do serviço mais do que 20 (vinte) dias por ano, no período compreendido entre o dia 01/04/2017 a 31/03/2018.

Ficam ressalvadas as faltas justificadas previstas em lei, neste instrumento coletivo de trabalho e/ou acordo firmado diretamente com o empregador.

A condição de participação prevista no inciso I acima será identificada através da folha de pagamento e pelos controles de jornada de trabalho, utilizados pelas empresas representadas pelo SINDICATO PATRONAL.

§ 3º— Preservando-se as condições mais favoráveis já existentes, os pagamentos efetuados de acordo com o caput serão acrescidos dos valores relativos aos programas de participação nos lucros e/ou resultados já implementados nas empresas, desde que possuam critérios e regras claras, ratificando-se seus atos e práticas desde a sua implementação. Os instrumentos já existentes serão enviados ao Sindicato dos Jornalistas até o dia 30/11/2018, mediante recibo.

Empresas abrangidas por essa cláusula:

- Rádio Bandnews FM (Rádio Estéreo FM Lagoa Santa Ltda)
- Rádio BH FM (Rádio Belo Horizonte Ltda)
- Rádio CBN FM (Caeté Sistema de Comunicação Ltda)
- Rádio Extra (Rádio Extra Ltda)
- Rádio Globo AM (Rádio Tiradentes Ltda)
- Rádio Mix (Rede Planeta de Comunicações)
- TV Bandeirante (Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda)
- TV Globo (Globo Comunicações e Participações Ltda)
- TV Omega Ltda (Rede TV)
- TV Rede Record (Televisão Sociedade Ltda)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REEMBOLSO FUNERAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

As empresas que não tenham esta vantagem incluída em seguro de vida (que não poderá ser inferior aos valores desta cláusula) ou em outro benefício reembolsarão aos dependentes habilitados junto a Previdência Social, ou a quem comprove ter efetuado tais despesas, o valor de até R\$1.380,34 (um mil, trezentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).



Ficam excluídas dessa obrigação as empresas que já praticam espontaneamente essa vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REEMBOLSO CRECHE

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

As empresas que estejam obrigadas por lei a manter creche, reembolsarão as despesas a esse título, desde que devidamente comprovados, no valor abaixo, especificado no §3º, por filho, às mães empregadas, até que o (a) filho(a) complete 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses e desde que não esteja matriculado(a) na primeira série do ensino fundamental.

§ 1º – O valor do reembolso creche não integrará a remuneração para quaisquer efeitos legais. As empresas que efetuarem esse pagamento ficarão desobrigadas da manutenção de creche.

§ 2ª – As empresas que adotarem condições mais favoráveis que o previsto no caput e no parágrafo primeiro da presente cláusula poderão manter seus programas internos, mesmo que reembolsarem valor superior ao estipulado no caput e sem e sem que tais concessões sejam consideradas salário ou integrem a remuneração para quaisquer fins.

§ 3º – O valor estabelecido no “caput” será de R\$263,89(duzentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos) a partir de 01/04/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIAGEM

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

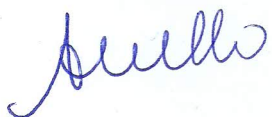
Para as empresas que não têm seguro de vida(que não poderá ser inferior aos valores desta cláusula), em caso de viagem a serviço, os empregados terão cobertura de seguro contra acidente ou morte, contratados pelas empresas com seguradora idônea, sem prejuízo do seguro obrigatório por acidente de trabalho. O valor segurado por empregado será de R\$ 6.570,13 (seis mil, quinhentos e setenta reais e treze centavos), a partir de 01/04/2018.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOAÇÃO PARA CUSTEIO/FINANÇAS DO SINDICATO PROFISSIONAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

As empresas descontarão dos Jornalistas, como meras intermediárias, na folha de pagamento de pagamento do mês de agosto/2018, a ser efetuada de uma só vez, uma contribuição a título de doação extraordinária, para custeio e manutenção das atividades do Sindicato Profissional, no valor equivalente a 2% (dois por cento) que incidirá sobre a remuneração devida, tudo na conformidade das deliberações aprovadas em assembleia geral extraordinária realizada pelo SJPMG no dia 20 de julho de 2018.

§ 1º – Com objetivo de implementar e ampliar os descontos a título doação, os Jornalistas sindicalizados ou não aos quadros da entidade sindical, na referida assembleia, manifestaram ainda, sua livre adesão no sentido de autorizar os descontos a título de doação, firmando, por escrito, documento de próprio punho, onde manifestam espontaneamente a vontade em efetuar a referida contribuição.



§ 2º – Com relação aos demais Jornalistas sindicalizados ou não que não compareceram a respectiva assembleia, os presentes deliberaram, ainda, que os ausentes terão oportunidade de manifestar por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, após a data de assinatura da presente convenção coletiva de trabalho, a intenção no sentido de que sejam procedidos, também e de maneira espontânea, aos descontos à título doação, ficando, as empresas, portanto, autorizadas a realizar na folha de pagamento os referidos descontos, nas mesmas condições descritas no caput desta cláusula, desde que autorizadas por escrito pelo trabalhador.

§ 3º – Faculta-se ainda à direção do SPJMG, desde que previamente autorizado pelas empresas, a realizar reuniões nos locais de trabalho, a fim de fazer gestões juntos aos Jornalistas, visando exortá-los, no sentido de efetuar espontaneamente a respectiva doação, procedendo desse modo a colheita das respectivas autorizações por escrito.

§ 4º – O sindicato profissional encaminhará, para as empresas, até o dia 18 de agosto de 2018, a relação nominal dos Jornalistas que expressaram a respectiva concordância em realizar as doações, juntamente com as referidas autorizações, para que sejam processados os respectivos descontos.

§ 5º – As empresas procederão aos respectivos descontos relativos às doações, na conformidade dos artigos 545 e 548, letra “d”, da CLT, diretamente na folha de pagamento do mês de julho /2018.

§ 6º – A importância a que se refere o caput desta cláusula deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal, agência n.2187, c/c 435-7-operação 003, em favor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, no prazo de 05 dias, após a data de pagamento da folha de agosto/2018.

§ 7º - Fica convencionado que havendo alteração na legislação ou decisão judicial definitiva modificando as condições acima pactuadas, as partes voltarão a discutir a abrangência dos efeitos que venham modificar os critérios previstos nessa cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – MULTA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

Na ocorrência comprovada de não cumprimento pelas partes de cláusula(s) desta Convenção, apurada judicialmente, será devida à parte prejudicada multa no valor de R\$ 110,98(cento e dez reais e noventa e oitocentavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Na Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 13 de Junho de 2017, passa a vigorar, a partir de 01 de abril de 2018 até 31 de março de 2019, a cláusula **QUADRAGÉSIMA QUARTA**, com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA- INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/04/2018 a 31/03/2019

O intervalo para refeição e descanso para jornadas superiores a seis horas, poderá ser de 00h30min (30 minutos) que não serão computados na duração do trabalho, devendo as

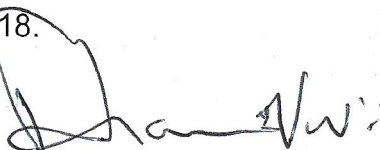
empresas optar pelo intervalo que será obedecido, comunicando aos seus empregados com no mínimo 30 dias de antecedência.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem sem alteração as demais cláusulas e condições da convenção coletiva 2017/2019, ora aditada.

Assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2018.



FRANCISCO NIVALDO SALES BESSA
Presidente
SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DE MINAS GERAIS

CNPJ 26.271.338/0001-71



ALESSANDRA MELLO
Presidente
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.444.951/0001-52